

OK.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria da Fazenda

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 205/2013

CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS

066ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM: 21/11/2012

PROCESSO Nº 1/3987/2010

AI: 1/2010.13211-6

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDA: RAIMUNDO NONATO PASSOS - ME

CONSELHEIRO RELATOR: PEDRO ELEUTÉRIO DE ALBUQUERQUE

EMENTA: ACUSAÇÃO DE FALTA DE RECOLHIMENTO DE ICMS ANTECIPADO. MULTA POR ATRASO. AUTO DE INFRAÇÃO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. A acusação de falta de recolhimento de ICMS Antecipado somente pode ser elidida por meio da devida comprovação de que a antecipação não era devida ou que o valor do imposto foi devidamente recolhido, hipóteses que não se verificou no caso dos presentes autos.

2. Auto de infração julgado parcialmente procedente em virtude do reenquadramento da penalidade para aquela prevista no artigo 123, I, "d" da Lei nº 12.670/96, tendo em vista que os documentos fiscais foram devidamente registrados no sistema da SEFAZ/CE.

3. Recurso Oficial conhecido e desprovido, por unanimidade de votos.

4. Decisão de acordo com o Parecer da Procuradoria Geral do Estado.

RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração lavrado sob o fundamento de que **RAIMUNDO NONATO PASSOS – ME** deixou de recolher ICMS Antecipado decorrente das aquisições interestaduais, restando assim relatada a infração:

"FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS ANTECIPADO DECORRENTE DE AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA. O AUTUADO SUPRA NÃO ATENDEU A SOLICITAÇÃO FEITA ATRAVÉS DO TI 201020494 QUE O MESMO OBRIGAVA-SE A APRESENTAR AS NF(3391, 3466, 46134 E 46133) COM SEUS RESPECTIVOS COMPROVANTES DO ICMS ANTECIPADO REF. AOS MESES DE 04, 06 E 10/2005, ASSIM SENDO LAVRAMOS O PRESENTE AUTO DE INFRAÇÃO."

O contribuinte foi revel.

O Auto de Infração foi julgado parcialmente procedente pela 1ª Instância Administrativa no sentido de aplicar a penalidade por atraso no recolhimento do ICMS prevista no art. 123, I, "d" da Lei nº 12.670/96.

Face a isto, houve recurso de ofício.

A Consultoria Tributária apresentou parecer por meio do qual opinou pelo não provimento do recurso oficial e, por via de consequência, pela manutenção da decisão parcialmente condenatória proferida pela 1ª Instância Administrativa, parecer este que foi acatado pela Procuradoria Geral do Estado.


É o relatório.

VOTO

Conforme se infere da análise dos presentes autos, trata-se de acusação de falta de recolhimento do ICMS Antecipado devido em virtude das aquisições interestaduais de mercadorias realizadas pela empresa Recorrida e que foram devidamente relacionadas nas informações complementares do presente auto de infração.

Com base nas provas acostadas aos autos, resta demonstrado que o ICMS Antecipado efetivamente não foi recolhido por parte do contribuinte, motivo pelo qual a exigência do crédito tributário em questão é legítima e deve ser levada a efeito.

Todavia, no que tange à penalidade aplicável, concordo com o entendimento manifestado pela ilustre julgadora da 1ª Instância Administrativa e pela Consultoria Tributária, segundo o qual no caso em questão deve ser aplicada a penalidade prevista no artigo 123, I, "d" da Lei nº 12.670/96, tendo em vista que conforme faz prova as informações e a documentação colacionada aos autos pelo próprio auditor fiscal autuante as operações objeto da presente autuação foram



devidamente registradas no sistema da Secretaria da Fazenda, devendo, desta feita, ser tratada como atraso de recolhimento do imposto.

Nesse contexto, VOTO para que se conheça do Recurso Oficial lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, para que seja julgado parcialmente procedente o presente auto de infração, com vistas a aplicação da penalidade de 50% do valor do imposto, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO

- ICMS:	R\$ 6.184,62
- MULTA:	R\$ 3.092,31
- TOTAL:	R\$ 9.276,51

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DA 1ª INSTÂNCIA** e recorrida **RAIMUNDO NONATO PASSOS – ME**. A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **PARCIALMENTE CONDENATÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto do relator, conforme parecer da Consultoria Tributária, adotado pelo representante da dought Procuradoria Geral do Estado.

SALA DAS SESSÕES, em Fortaleza, aos **13** de **03** de 2013.



Francisca Marta de Sousa
Presidente

Matteus Viana Neto
Procurador do Estado


Francisco José de Oliveira Silva
Conselheiro


Anelise Magalhães Torres
Conselheira


Alexandre Mendes de Sousa
Conselheiro


Vanessa Albuquerque Valente
Conselheira

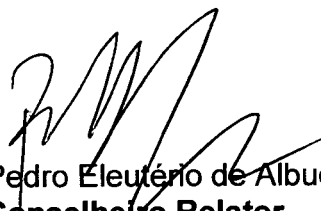

Francisco Ivanildo Almeida de França
Conselheiro


José Gonçalves Feitosa
Conselheiro





Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
Conselheiro



Pedro Eleutério de Albuquerque
Conselheiro Relator